

A IMPLANTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO DA PARAÍBA (1955-1956)

Thais Gomes de Vasconcelos
Maria Lúcia da Silva Nunes
Universidade Federal da Paraíba
thahis.vasconcelos@hotmail.com
mlsnunesml@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar como ocorreram as primeiras ações de implantação e expansão da merenda escolar no estado da Paraíba no período de 1955-1956, momento esse que estava à frente do estado o governador José Américo de Almeida e seguido por Flávio Ribeiro Coutinho. Metodologicamente, foi realizado o levantamento das notícias no *Jornal A União*, nos arquivos localizados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado a Fundação Espaço Cultural – FUNESC, e no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP, além de consultar leis, mensagens governamentais apresentadas à Assembleia Legislativa e bibliografia de acordo com a temática aqui proposta. Por fim, constatamos que neste curto período da década de 1950, a implantação da merenda escolar foi amplamente anunciada na sociedade paraibana, e expandida nas instituições de ensino como forma de atender crianças oriundas de famílias pobres, possibilitando o combate à desnutrição e estimulando o aumento da frequência escolar.

Palavras chave: Merenda escolar. Paraíba. História da Educação.

Introdução

De acordo com Stefanini (1997), a preocupação com a criança e a nutrição nas unidades escolares era antiga, porém, o movimento em prol da merenda escolar teve início em Nova York, no ano de 1908, onde foi oferecida alimentação para crianças pobres, ao meio dia. O fortalecimento de tal política ocorreu em meados da década de 1930, quando a Corporação Federal das Mercadorias Excedentes aproveitou o programa de merenda para reduzir os excedentes agrícolas, e teve por resultado constatado em 1938 a participação de quarenta e cinco estados americanos no programa. Contudo, a formalização da política de merenda norte-americana ocorreu no ano de 1946, com National Lunch Act - “Ato Nacional da Merenda Escolar”.

Historicamente a preocupação com a questão da alimentação também foi alvo de atenção em outros países, como por exemplo, da Grã Bretanha, Europa e Japão. Ao que se refere a América Latina, por volta da década de 1940-1950 já se constatava que a maioria dos países possuía um grave problema de saúde pública, a subnutrição na infância.

No Brasil, segundo Vasconcelos (2005), as ações estatais adotadas para a questão da alimentação da população foram registradas desde o início do período colonial, mas os

primeiros instrumentos voltados para uma política social de alimentação e nutrição foi disposto no período varguista, momento esse caracterizado por um forte teor nacionalista, investimentos educacionais e elaboração de um projeto de modernização econômica.

Dentre os principais programas governamentais de alimentação e nutrição está: O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) - 1940, que tinha por objetivo “Assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões” e deveria atingir o “Trabalhador vinculado à Previdência”. A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) – 1945, que objetivou “estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, entre outros.” e atingiu “Grupo materno infantil, escolar e trabalhado”; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – 1954, que objetivou “Melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem e reduzir o índice de absenteísmo, repetência e evasão escolar; aumentar a resistência às doenças; contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares.” e tinha como público alvo “Pré-escolar e escolar de 7 a 14 anos de idade da rede pública e filantrópica de ensino fundamental.” (VASCONCELOS¹, 2005, p. 456).

Com relação ao CNA, Café Filho, que esteve à frente da presidência brasileira de 24/08/1954 a 08/11/1955, apresentou ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa, que “[...] procedeu a um levantamento da situação em todas as unidades da Federação. Verificou-se que as merendas eram fornecidas a menos de 10% dos escolares brasileiros e que os cardápios oferecidos em sua maioria não atendiam a requisitos de ordem técnica nem de natureza econômica” (FILHO, 1955, p. 248). Ainda afirmou ter sido estudado um programa de merenda que combinasse com a realidade brasileira, atendendo às necessidades nutritivas das crianças e a economia. Além de que estaria havendo o cuidado com o controle nas distribuições da merenda nas várias regiões e apontando, sobretudo, ao seu emprego em ambiente rural.

Stefanini identificou através de Souttor Mayor - 1951, que a regulamentação da Merenda Escolar, em nível nacional, iniciou através de portarias do Ministério da Educação e Saúde, em meados da década de 1940, e foi desenvolvida pelo Decreto Federal nº 37.106/55. Porém, até a década de 1950, não havia uma sistematização de merenda nas escolas, ficando

¹A autora destacou os principais programas governamentais de alimentação e nutrição a partir da década 1940. Aqui serão destacados apenas os basilares para este artigo. Mais informações ver em Vasconcelos (2005).

assim, organizada através de iniciativa particular de cada unidade. Em 31 de março de 1955 foi criada a Campanha da Merenda Escolar (CME), por meio do decreto nº 37.106, cujas atribuições consistiam em:

- a) Incentivar por todos os meios e alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, oferecendo-lhe assistência técnica e financeira; b) Estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo; c) Promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços mais acessíveis (BRASIL, 1955, p. s/n).

Esta campanha estava subordinada ao Ministério da Educação, e contou com o convênio do Fundo Nacional de Socorro a Infância (FISI), que, segundo Filho (1955), foram adquiridas 4.400.000 libras de leite em pó, que já havia sido desembarcado nos diversos portos do país. Também, foram “[...] realizados cursos intensivos para professores e administradores de merenda nas cidades de Belém, Macapá, Manaus, Porto Velho, Boa Vista, Cuiabá e São Luis do Maranhão.” (FILHO, 1955, p, 248).

No nordeste foram transportadas quase 12 toneladas de alimentos destinados aos escolares, e 50 conjuntos para a instalação de cantinas nas zonas mais necessitadas. Além disso, de acordo com Filho, as merendas nesta região foram destinadas principalmente aos estados de Pernambuco e Bahia, sendo contemplados cerca de 150.000 escolares. E foi de Fortaleza que seguiram para os respectivos destinos cerca de 500 tambores de leite em pó ali estocados pelo FISI.

No ano seguinte a campanha sofreu a edição do Decreto nº 39.007, no dia 11 de abril de 1956, e a CME passou a se chamar Campanha Nacional da Merenda escolar (CNME), que em sua redação manteve as atribuições citadas anteriormente e afirmou que os artigos. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106/1955 passaram a vigorar com as novas atribuições, ou seja, foram retirados os seguintes artigos:

Art. 3º A ação da campanha se estende a todo território e será realizada, ou diretamente através da criação de cantinas escolares, ou mediante convênios a serem firmados com entidades públicas ou particulares.

Art. 4º Os encargos da Campanha serão atendidos com os recursos orçamentários específicos.

Art. 5º O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias à organização e execução da Campanha.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1955, p. s/n)

Assim, foi substituído pelo Artigo número 4º “Os encargos da Campanha serão atendidos com recursos orçamentários específicos e os provenientes das entidades indicadas no artigo anterior, a título de contribuição ou de auxílio.” (BRASIL, 1956, p. s/n), e expandiu a campanha para o âmbito nacional.

Portanto, este artigo tem por objetivo discorrer sobre a implantação da merenda escolar na Paraíba, especialmente a implantação da CME, período esse que corresponde ao final do mandato do governador José Américo de Almeida e prosseguiu no curto mandato de Flávio Ribeiro.

Metodologia

Foi realizado o levantamento das notícias relacionadas à educação no Estado da Paraíba, por meio dos jornais *A União*, do período de 1955 – 1957, que estão localizados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, situado na Fundação Espaço Cultural – FUNESC, e Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP, ambos localizados em João Pessoa - PB. Também utilizamos as mensagens governamentais apresentadas a Assembleia Legislativa, leis nacionais e o cruzamento bibliográfico sobre a temática aqui abordada.

Do ponto de vista teórico, consideramos os conceitos de *mudanças* e *permanências*, elaborados pelo historiador Eric Hobsbawm (1998), pois de acordo com seus estudos, cada geração copia e reproduz sua sucessora até onde seja possível.

Resultados e discussões

A merenda escolar no Estado da Paraíba

Como já destacado na introdução deste artigo, as primeiras iniciativas de suplementação alimentar no Brasil ocorreram por volta da década de 1930, quando alguns estados e municípios passaram a responsabilizar-se pelo abastecimento da merenda em suas redes de ensino. No que se refere ao estado da Paraíba, poucos estudos investigaram a respeito da alimentação escolar, aparecendo a temática de forma secundária na produção acadêmica, em trabalhos que têm como objeto outras questões.

Em meio aos trabalhos produzidos, está a dissertação de Lima (2016), que identificou a primeira iniciativa voltada à merenda escolar no Jardim de Infância Oficial, instalado no

Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello. Na época, foi denunciada a falta de atenção do estado e solicitado “auxílio social”, por meio da notícia “A gota de leite”, que expõe:

A professora Alice de Azevêdo Monteiro, diretora do Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar Dr. Tomás Mindêlo, está dirigindo cartas aos proprietários de estábulos desta cidade, solicitando, de cada um, meio litro de leite por dia, para ser distribuído entre as crianças do aludido estabelecimento. Já responderam prontificando-se a atender áquela educadora os drs. Meira de Menezes e José Maciel e o professor Sizenando Costa. E' de esperar que os demais proprietários de estábulos não se excusem a essa louvável contribuição. Por ocasião de ser inaugurado o Jardim de Infância e 2 de julho próximo, o representante da Companhia Nestlé, sr. Lourival Lisbôa, oferecerá ás crianças um lanche de produtos daquela acreditada Companhia. (A UNIÃO, 26 jun.1934, p. 3 apud LIMA, 2016, p.115)

Outra constatação sobre as merendas no estado da Paraíba foi destacado por Silva (2013), no trabalho intitulado “Aperfeiçoamento e Qualificação do Professorado Primário (1937-1945): os Cursos de Formações Complementares”, que contemplou em seu último capítulo a merenda escolar no então estado. A autora averiguou que a alimentação foi um aspecto considerado fundamental para o desempenho da criança, e tal prática na Paraíba ocorreu por meio da contribuição filantrópica ou das caixas escolares. Vinculado à questão da saúde, mostrou-se ser relevante no período denominado “Estado Novo”, assim como podemos observar na seguinte notícia:

A sua oportunidade, ultimamente, fazia-se sentir ainda mais, devido ás condições da maioria de nossos escolares, economicamente modestas, não lhes permitindo uma satisfatória alimentação durante o período de aulas para a manutenção de sua integridade física e mental.

Tornava-se difícil obter um perfeito rendimento de crianças assim sub-alimentadas.

A A.L.B.A., porém resolveu dispender nesta campanha, mensalmente, 73 mil cruzeiros, tendo o Departamento de Educação comprovado além de outras vantagens que a distribuição da merenda proporciona, um sensível e animador aumento da frequência em todas as escolas primárias da Paraíba. Representa, pois, essa campanha louvável e necessária, iniciada pela sra. Alice Carneiro, o mais eficiente dos movimentos de tal natureza já realizados entre nós, no terreno da higiene escolar, para melhoria do índice de nutrição da infância que estuda. (A UNIÃO, 15. 04. 1944, p. 3 Apud SILVA, 2013).

O destaque da alimentação nas instituições feito por Lima e Silva, corresponde, ambos, ao período em que Getúlio Vargas estava à frente do governo brasileiro. Neste sentido, podemos sugerir que a preocupação não seria apenas nacional, mas local, pois a

questão da alimentação também estava relacionada à formação física e mental além de influenciar no processo de aprendizagem da criança e na frequência dos alunos às aulas.

Com relação à questão escolar, Pinheiro (2002), afirmou que o “regime de subnutrição permanente”, em que vivia a população paraibana em meados da década de 1940, teve a questão da evasão escolar posta numa visão deslocada para as secas, e assim:

Segundo o governador do Estado, em 1947, chegou-se a essa evidência “quando se [constatou] que a frequência caiu assustadoramente desde que a Legião Brasileira de Assistência suspendeu a merenda em nossas escolas públicas”. (PARAHYBA, Estado da, 1947, p. 23). Tal convicção levou o governo, em 1949, a cogitar a elaboração de “um plano de cooperação com as Prefeituras no sentido de ser restabelecida a merenda nos estabelecimentos escolares dos centros urbanos” (PARAHYBA, Estado da, 1947, p. 47, Apud, PINHEIRO, 2002, p. 192).

Possivelmente, deve ter ocorrido um grande impacto com a suspensão do apoio da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, como foi destacado por Pinheiro, à medida que, segundo estudos de Lima (2016), identificado no jornal A União, no ano de 1944, 15.000 crianças foram contempladas com a merenda escolar. Tal iniciativa conhecida como a “Hora da Sopa”, foi então implementada, inicialmente, no Grupo Escolar Antonio Pessoa, localizado no Bairro de Tambiá.

Ananias (2007), no seu artigo intitulado “A legislação da educação pública no estado da Paraíba. 1889-1970. Primeiros apontamentos”, entre as leis ressaltadas pela autora para educação pública, estava a Lei nº 354, de 1949, que determinava a criação da campanha da merenda escolar. Esta mesma campanha segundo Coutinho (1956) teria sido alvo de críticas com relação às medidas adotadas pelo governo do estado.

No entanto, os temas alimentação e infância não ficaram à margem das discussões nos anos 50, e a partir de 1955 o estado da Paraíba assim como em outras regiões teve a implantação da CME. Desse modo, a merenda escolar “[...] teve do Govêrno do Estado a atenção merecida. Foram promovidos oportunos entendimentos com o FISI e com o Ministério de Educação para assegurar essa assistência aos escolares, com a distribuição de leite nas escolas públicas” (A União, 27.02.1955, p.3).

Todavia, a verba do início do CME, na Paraíba, não estava destinada até o fim do ano, mas seria pedida sua permanência, pois a iniciativa era importante para a assistência, sobretudo para aos estudantes de famílias pobres, que moravam distantes dos locais dos estudos, além de outros fatores os quais podemos observar na seguinte notícia titulada “O Norte” de ontem publica:

Os feitos da iniciativa não é necessário salientar não só no tocante a saúdedas crianças e os seu normal desenvolvimento físico, como no aumento do rendimento escolar, verificando-se ainda que frequência as aulas adquiridas novo impulso, uma vez que muitas crianças deixavam de ir à escola devido a escassez de alimentos, que afetava além da robustez física as faculdades de assimilação das lições, contribuindo para engrossar a percentagem incorrivelmente baixa das aprovações.

O estabelecimento da merenda escolar representa por isso um poderoso fator do revigoramento escolar, com influencia marcante sobre o crescimento das matriculas e o aumento das aprovações, portanto um fato auspicioso, pelo qual nos congratulamos com o professorado paraibano, que abnegadamente desempenha a árdua tarefa de desbravadores das inteligências infantis. (*A União*, 16.07.1955, p. 2).

No tocante à implantação do serviço de merenda escolar, o jornal *A União* noticiou a presença do governador José Américo de Almeida no Grupo Escolar Izabel Maria. Tal inauguração que estava prevista para terça feira foi abreviada para o domingo. A partir de então, outros grupos escolares também foram beneficiados, visto que no dia seguinte havia quatro estabelecimentos de ensino primário beneficiados pelo plano. (*A União*, 18.08.1955).

Os registros dessa inauguração repercutiram também por meio das imagens, como podemos observar. A imagem I mostra a sede da Escola Modelo do Estado, com mesas e cadeiras adequadas para crianças pequenas, estas se encontram fardadas e sentadas com o copo de leite a sua frente. No fundo ao lado esquerdo, estão as mulheres com algo que aparenta ser uma tigela que possivelmente teria algo a ser distribuído as crianças. Já do lado direito encontram-se homens de paletó observando a cena que repercute a festividade de inauguração na instituição.



Imagem I: Escola Modelo do Estado. **Fonte:** Jornal *A União*, 17.08.1955, p. 3.

A segunda imagem aqui destacada mostra a festividade do Grupo D. Adalto que contou com apresentação de show infantil, e logo após ocorreu o lanche, de um copo de leite maltado e bolos. Esta fotografia traz representada uma longa mesa forrada com uma toalha clara, e jarro de flor no centro, nela também estão pratos com o bolo, copo de leite e uma garrafa suspensa cujo líquido enche os copos. Ao redor da mesa encontram-se várias crianças fardadas com o olhar atento à fotografia e por detrás delas os adultos, homens e mulheres, que possivelmente participaram do evento.



Imagem II: Grupo Escolar D. Adauto.
Fonte: Jornal *A União*, 19.08.1955, p. 2.

No caso da imagem III, observamos a diretora do Grupo Escolar Isabel Maria, com outras professoras que ali lecionavam, enchendo o primeiro copo de leite de uma das alunas. Diferente das outras duas imagens, nesta não aparece a figura masculina em nenhum momento. Com a relação à posição das meninas, estas estão fardadas e em pé formando uma fila única, esperando sua vez para receber o seu copo com o leite guardado dentro de uma panela, que se encontra sobre um banco alto, o que ocasiona a retirada do conteúdo do recipiente com auxílio de uma concha.



Figura 3: Grupo Isabel Maria.
Fonte: Jornal *A União*, 19.08.1955, p. 3.

Por fim, também foi registrado que “Em segunda fase, está prevista a extensão do programa às cidades do interior, o que deixa antever o alcance e a oportunidade da medida. (*A União*, 13.08.1955, p. 3), e que nas primeiras informações da inauguração dessa campanha observamos que atingiu as primeiras quatro escolas, somando neste caso Grupo Santa Julia onde também ocorreu festividade com o evento, organizada pelas mestras, com música folclórica e canto orfeônico, antes do lanche. (*A União*, 21.08. 1955, p.3).

A inauguração da CME foi realizada no final do ano de 1955, e no próximo ano as medidas passariam a ser postas pelo governo de Flávio Ribeiro Coutinho, que mostrou de forma permanente a expansão por outras regiões do estado, ainda que com dificuldades. De acordo Mensagem à Assembleia Legislativa, Coutinho fez a seguinte afirmação:

Instituída a merenda escolar pela Lei nº 354, de 7 de outubro de 1949 e dirigida, no Estado, pela Secretaria de Educação, através do Setor Estadual de Merenda Escolar do Departamento de Educação, as suas despesas deveriam ser atendidas mediante a elevação para Cr\$ 1,00 da taxa para fins hospitalares, o que, entretanto, ainda não foi feito, desde as administrações anteriores. Acresce que o Orçamento vigente deixou de consignar as necessárias dotações para a Merenda Escolar. Não possui o Serviço meios de transporte. Falta um depósito para o leite recebido pelo FISL. (COUTINHO, 1956, p.52)

Coutinho (1956), também diz que existe a necessidade de se articular com as verbas municipais para expansão da campanha e de acordo com as determinações do Ministério da Educação e Cultura foi encaminhada circular às prefeituras com as minutas dos possíveis convênios. Assim, foi se estendendo a campanha pelos seguintes municípios:

QUADRO I
DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO ESTADO DA PARAÍBA (1957)

Municípios	Nº Escolas	Municípios	Nº Escolas
João Pessoa	60	Monteiro	8
Alagoinha	13	Picuí	1
Areia	9	São João do Cariri	1
Bananeiras	3	Taperoá	12
Caiçara	2	Umbuzeiro	44
Cruz do Espírito Santo	9	Cajazeiras	30
Guarabira	12	Catolé do Rocha	2
Itabaiana	8	Conceição	1
Pedra de Fogo	2	Itaporanga	4
Pilar	4	Malta	1
Pilões	2	Patos	9
Santa Rita	4	Piancó	1
Sapé	13	Pombal	7
Serraria	1	Souza	3
Solânea	2	Teixeira	2
Aroeiras	1	São Mamede	9
Campina Grande	19		

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações de COUTINHO, 1957.

De tal modo, observamos de acordo com o quadro que até junho de 1957, a campanha havia passado a atingir 33 municípios e 299 escolas. Apesar disso, Coutinho (1957), divulgou

no mesmo documento, que foram contemplados 34 municípios, sendo 60 escolas da capital e 243 do interior, o que totalizaria 303 escolas atingidas com a campanha de merenda escolar.

Em entrevista ao jornal *A União* Maria Teresa Marques, técnica da Campanha Nacional de Merenda escolar, que estava em serviço de inspeção na área de Norte-Nordeste declarou:

Vim á Paraíba com o objetivo de proceder uma inspeção nos serviços mantidos pela Campanha Nacional da Merenda Escolar. Devo declarar que levo a melhor impressão do esforço que se tem feito, neste Estado, para a concretização dos objetivos da Campanha. Tive oportunidade várias escolas da Capital firmando a minha convicção de que a Campanha não é mais uma experiência senão uma realidade flagrante.

Na Paraíba - acentuou, em seguida - os benefícios da campanha estão disseminada por quase todos os Municípios, pois apenas três não foram ainda atendidos por nós, sendo todavia, nosso intuito chegar a elês. (*A União*, 5.10.1957, p. 5)

Quando indagada em relação à maneira que estava sendo realizado o serviço, Marques alegou que foram mantidos convênios com estados e municípios, e mais uma vez elogia o estado da Paraíba, e ainda argumenta:

O que a Campanha Nacional da Merenda Escolar visa é a oferecer ao estudante pobre as condições necessárias para que frequente a Escola bem alimentado, sem o que é impossível bom aproveitamento intelectual. Já se disse que “estamos perdendo dinheiro educando crianças famintas”.

A merenda - adiantou - é constituída de leite, mas teve ensejo de verificar, com satisfação, que em algumas escolas, destes Estado é variada, graças à boa vontade de muitas professoras. (*A União*, 5.10.1957, p. 5)

E por fim a técnica da Campanha afirmou que o Nordeste teve resultados animadores e finalizou afirmando que o Brasil buscava “amenizar a situação dos estudantes pobres sub-alimentados cujo estado de desnutrição começa a preocupa a nação inteira” (*A União*, 5.10.1957, p. 5).

Considerações Finais

A questão que envolve a distribuição de alimentos através da Campanha Nacional de Merenda Escolar foi de grande relevância na sociedade paraibana e atingiu vários municípios do estado. Implantada em 1955 a CME teve sua política de expansão de forma permanente e no final de 1957 já atingia quase todos os municípios. Com relação a inauguração da campanha está foi recebida com muita festividade nas instituições de ensino primário paraibana.

Referências:

ANANIAS, Mauricéia. A legislação da educação pública no estado da paraíba. 1889-1970. Primeiros apontamentos. IN: **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.27, p.162 –171, set. 2007.

BRASIL, **Decreto nº 37.106**, de 31 de Março de 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 04.09.2017.

BRASIL, **Decreto nº 39.007**, de 11 de Abril de 1956. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 04.09.2017.

COUTINHO, Flávio Ribeiro. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba**. 1 de junho de 1956.

COUTINHO, Flávio Ribeiro. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba**. 1 de junho de 1957.

FILHO, João Fernandes Campos Café. MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, na abertura da sessão legislativa em 1955. In: MEC-INEP. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Vol. 1, Brasília, DF: INEP, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução de Cid Kniple Moreira, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Cultura escolar do grupo escolar Dr. Thomas Mindello: espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950)**. João Pessoa, 2016. (Tese de doutorado).

PARAÍBA, ESTADO da. Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 27.02.1955.

_____, Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 16.07.1955.

_____, Inauguração da Campanha da Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 13.08.1955.

_____, Será inaugurada hoje a Campanha da Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 14.08.1955.

_____, Inaugurada Domingo, a Campanha da Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 17.08.1955.

_____, Prossegue a Campanha de Merenda Escolar. In: **Jornal A União**, de 18.08.1955.

_____, 271 escolas assistidas pelo plano de merenda escolar. In: **Jornal A União**, de 15.12.1956.

_____, Nesta capital técnica da Campanha de Merenda escolar. In: **Jornal A União**, de 5.10.1957

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. **Aperfeiçoamento e qualificação do professorado primário (1937-1945): Os Cursos de Formações Complementares**. João Pessoa 2013. (Monografia)

STEFANNI, Maria Lucia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. São Paulo: 1997. (Tese de doutorado)

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate á fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>. Acesso 04.09.2017.